

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 16/2026
CREDENCIAMENTO N. 16/2026

1) PRÊAMBULO

1) O Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº83.026.781/0001-10, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo:

I - **Objeto:** Chamamento de interessados para credenciamento, com base no [art. 79, inciso III da Lei nº 14.133/2021](#)

II - **Regime legal:**

- a) [Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Legislação Municipal 7.729/2023

III - **Forma:**

- a) Presencial ou via e-mail: comprascedro@prefcedro.sc.gov.br

IV - **Endereço e horário para apresentação da documentação:**

- a) Rua Jorge Lacerda, nº1049, centro de São José do Cedro - SC a partir do dia 09 de fevereiro de 2026 as 08:00h.

V - **Condução do procedimento auxiliar:**

- a) Comissão de Contratação, designada pelo Decreto nº 8.213/2025

VI - **Vigência deste edital:**

- a) Até as 17h do dia 09 de fevereiro de 2027.

2) OBJETO

1) CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO, A FIM DE CONTRATAÇÃO DE OBJETO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA, COM UTILIZAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AGRICULTORES DA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER A LEI MUNICIPAL 5022/2021.

1.1) O Credenciado que aderir ao presente edital para execução dos serviços descritos abaixo, deverá dispor do equipamento e operador capacitado para realização dos serviços.

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS. HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS.	HR.	400,00	450,00	180.000,00
2	ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO. ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	600,00	490,00	294.000,00
3	TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO. TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE &NBSP;140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	500,00	490,00	245.000,00
4	RETROESCAVADEIRA, COM PESO MÍNIMO NE 8.000 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 90 CV	HORAS	400,00	330,00	132.000,00
					Soma:
					851.000,00



1.2) Especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade pretendidos com a contratação:

O proponente credenciado deverá disponibilizar o equipamento em funcionamento, com operador capacitado, sendo todas as despesas de transporte por conta do proponente vencedor.

- *O abastecimento e manutenção do veículo/máquina é de inteira responsabilidade do proponente vencedor;*
- *O proponente vencedor deverá disponibilizar funcionários qualificados para operar os equipamentos bem como disponibilizar caminhão para deslocar o equipamento quando solicitado;*
- **PARA O BOM ANDAMENTO DOS TRABALHOS AS MÁQUINAS DEVERÃO TER NO MÁXIMO DEZ ANOS DE USO.**
- *Iniciar os serviços em até 05 (CINCO) dias após a solicitação feita pela Secretaria;*
- *A empresa vencedora deverá fornecer e permitir acesso ao horímetro das máquinas.*

1.3) *A contratação dos credenciados será selecionada conforme a preferência do agricultor, que terá a opção de escolher entre realizar o serviço com um credenciado específico ou com outro credenciado disponível.*

2) O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3) ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1) Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

2) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

3) Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4) VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1) São vedações para credenciamento e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

I - Agente público de órgão ou entidade INTERESSADO ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico



([art. 14, I c/c § 3º](#));

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do INTERESSADO ([art. 14, § 3º](#)).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

5) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD ([LEI Nº 13.709/2018](#))

1) Para finalidade da efetiva participação do INTERESSADO no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

2) O INTERESSADO obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis,

em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

3) O MUNICÍPIO e o INTERESSADO, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

4) O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

5) É vedado ao INTERESSADO a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6) O INTERESSADO fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

7) As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

8) O INTERESSADO será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo INTERESSADO de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

9) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

10) As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

11) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

12) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

1) O interessado que tiver interesse em ser credenciado **deverá** encaminhar a documentação no local e horário indicado no preâmbulo, em envelope devidamente lacrado, a qual terá caráter sigiloso até o momento em que a Comissão de Contratação se reunir para receber, examinar e julgar documentos, podendo ser disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2) Por analogia ao [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);
- III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do interessado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento do processo ou a invalidação do processo;
- IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
- VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

7) DOCUMENTAÇÃO PARA SER CREDENCIADO

1) O interessado em ser credenciado deverá apresentar a seguinte documentação:

1.1) PESSOA JURÍDICA:

- I - Declaração Unificada (ANEXO III);
- II - Proposta (ANEXO V);
- III - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#));
- IV - COMPROVAÇÃO JURÍDICA ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i) Estatuto ou contrato social;
 - ii) Ato constitutivo;
 - iii) Registro comercial;
 - iv) Decreto de autorização.
 - b) Autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

V - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) [CNPJ](#);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:



- i) Pessoa Jurídica:
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
- d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
- g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>

8) AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

1) No prazo máximo de **02 dias úteis**, a contar da data do protocolo da documentação pelo interessado, a Comissão de Contratação deverá lavrar ata quanto ao recebimento, exame e julgamento da documentação.

1.1) É responsabilidade da Comissão de Contratação verificar a existência de sanção que impeça a participação no credenciamento ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

- I - [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);
- II - [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

1.2) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

1.3) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor** por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

1.4) A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

2) A Comissão de Contratação poderá oferecer prazo máximo de **02 dias úteis** para o interessado regularizar documentação, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do chamamento;
- II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

2.1) Na análise dos documentos a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de aptidão ao credenciamento ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

¹ Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

9) CREDENCIAMENTO

1) A ata lavrada pela Comissão de Contratação será encaminhada à autoridade competente a fim de que, prazo máximo de **02 dias úteis** a contar da entrega da ata pela Comissão, o interessado seja declarado credenciado ou não credenciado.

1.1) O interessado será formalmente notificado sobre a decisão da autoridade competente, sendo a notificação substituída no caso de publicação de ato legal nos locais indicados nas disposições finais deste edital.

1.2) A vigência do credenciamento se encerrará no mesmo dia da vigência deste edital.

2) A autoridade competente poderá aplicar, no que couber, o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Homologar o processo.

2.1) Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

2.2) O motivo determinante para a revogação do processo deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

2.3) Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

2.4) A anulação do processo induz à do contrato.

3) Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentação que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - O preço for superior ao estipulado pelo Município;
- IV - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

1) Qualquer interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, nos casos previstos no [art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#).

2) As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

3) O recurso:

- I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e



proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));

IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));

V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

5) Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6) Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

I - Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);

b) [Pedido deve ser](#) apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7) Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));

III - Será assegurado ao INTERESSADO vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1) O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.1) A contratação apenas poderá ocorrer no período de vigência deste edital.

2) Para a contratação do credenciado deverá ser feito Documento de formalização de demanda, a fim de ser formalizada contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

2.1) O Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

2.2) Ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá apresentar justificativa para realização da contratação direta de credenciado ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

3) A contratação direta, via inexigibilidade de licitação, deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio sempre com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

4) É proibido o cometimento a terceiros do objeto contratado.

12) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1) O INTERESSADO ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 30% do valor do contrato	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São José do Cedro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II, III, IV, V, VI, VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).



Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos ([art. 156, § 5º](#)).

VIII, IX, X, XI, XII

Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ([art. 156, § 7º](#)).

3) Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4) Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O INTERESSADO ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o INTERESSADO ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor,



a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7) Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

10) A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal.

11) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

12) É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de São José do Cedro, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

13) DISPOSIÇÕES FINAIS

1) O interessado assume a responsabilidade de acompanhar todos os atos relativos à este procedimento auxiliar nos locais indicados no item 3 deste tópico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

2) Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos INTERESSADOS para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

3) Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de São José do Cedro
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.1) O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4) Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

5) As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca São José do Cedro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de São José do Cedro, 06 de fevereiro de 2026.

Fernando Julio Will
Prefeito Municipal

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de São José do Cedro/SC
Secretaria da Agricultura

O presente estudo técnico preliminar consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução visando fundamental a elaboração do termo de referência, consoante previsto no art.6º, inciso XX da Lei 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação tem por finalidade atender à necessidade de apoio aos produtores rurais do Município de São José do Cedro, por meio do credenciamento de empresas para a prestação de serviços de hora máquina terceirizada, destinados a auxiliar a produção agrícola. Os serviços compreendem, entre outros, a abertura e limpeza de silos, serviços de terraplanagem, abertura e manutenção de açudes e reservatórios de água, construção e adequação de esterqueiras, bem como demais serviços realizados nas propriedades rurais, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.022/2021 – Programa Boa Agricultura Cedrense.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra-se prevista no item 37 do Plano de Contratações Anual do Município de São José do Cedro/SC, estando, portanto, devidamente alinhada ao planejamento estratégico e às diretrizes desta Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação compreende a disponibilização de máquinas e equipamentos destinados à prestação de serviços aos agricultores da área rural do Município de São José do Cedro, nos termos da Lei Municipal nº 5.022/2021, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Escavadeira hidráulica, com peso operacional mínimo de 16.000 kg e potência mínima de 140 cv, com tempo máximo de uso de até 10 (dez) anos;
- Escavadeira hidráulica, com peso operacional mínimo de 20.000 kg e potência mínima de 140 cv, com tempo máximo de uso de até 10 (dez) anos;
- Trator de esteira, com peso operacional mínimo de 15.000 kg e potência mínima de 140 cv, com tempo máximo de uso de até 10 (dez) anos;
- Retroescavadeira, com peso operacional mínimo de 8.000 kg e potência mínima de 90 cv.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a análise das últimas contratações realizadas por esta Administração, com o mesmo objeto, conforme o Credenciamento nº 26/2025.

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade
1	HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS. HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS.	HR.	400,00
2	ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO. ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	600,00
3	TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO. TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE &NBSP;140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	500,00
4	RETROESCAVADEIRA, COM PESO MÍNIMO NE 8.000 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 90 CV	HORAS	400,00

Conforme pesquisa de mercado realizada, para atendimento da necessidade administrativa que fundamenta o presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se a viabilidade técnica e econômica do credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de horas-máquina, abrangendo escavadeira hidráulica, trator de esteira e retroescavadeira, destinados ao atendimento dos agricultores da área rural do município.

O modelo de credenciamento permite que o cidadão escolha livremente o prestador de serviços de seu interesse dentre os credenciados, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.022/2021, assegurando transparência, isonomia e eficiência na execução do programa Boa Agricultura Cedrense.

A Secretaria Municipal de Agricultura identificou limitações operacionais para atender integralmente a demanda dos produtores rurais com frota própria, especialmente em razão do elevado volume de solicitações em determinados períodos do ano.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

- a) Locação de maquinário por meio de empresas previamente credenciadas, possibilitando atendimento ágil e adequado às necessidades dos produtores rurais;
- b) Aquisição de maquinários e implementos pelo Município, alternativa que, além do alto custo de investimento inicial, demandaria a contratação de operadores adicionais, acarretando aumento significativo das despesas permanentes.

Após a análise técnica e econômica das alternativas, conclui-se que a locação de máquinas por meio de credenciamento mostra-se a solução mais viável, eficiente e economicamente vantajosa, por permitir maior flexibilidade operacional, redução de custos fixos e melhor adequação às variações sazonais da demanda.

Dessa forma, a estimativa de quantidades foi definida com base no histórico de atendimentos, na demanda projetada para o período de vigência do credenciamento e na capacidade operacional do Município, considerando a disponibilidade de empresas locais aptas a atender aos requisitos técnicos e legais exigidos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor total da contratação pretendida seja de R\$ 851.000,00 (oitocentos e cinquenta e um mil reais). Verifica-se que o referido montante é compatível com os valores praticados pelo mercado, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 7.497/2022, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços destinada à aquisição de bens, contratação de serviços em geral e à contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São José do Cedro/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A pesquisa de preços realizada, bem como a análise da compatibilidade dos custos da contratação, baseou-se em consultas a empresas do município e da região, além da utilização de atas de registro de preços de outros municípios. Ressalta-se que tais referências atendem às exigências legais e contribuem para o fortalecimento e favorecimento das empresas locais e regionais.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução para o objeto do presente credenciamento consiste na escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços, visando à contratação de empresas para o fornecimento de implementos e maquinário agrícola, conforme as necessidades da Administração Pública.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem atender ao princípio do parcelamento do objeto, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. O § 1º do referido artigo dispõe que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados, entre outros aspectos, a responsabilidade técnica, os custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplos contratos em comparação às vantagens econômicas da divisão do objeto em itens, bem como a necessidade de ampliação da competitividade e de prevenção à concentração de mercado.

No entanto, o princípio do parcelamento não se aplica à presente contratação, uma vez que a eventual divisão do objeto acarretaria perda de economia de escala e inviabilidade técnica, além de gerar aumento significativo do esforço de fiscalização contratual, em razão da ausência de padronização e uniformização dos serviços, o que poderia comprometer a eficiência e a economicidade da contratação.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

9. PROVIDENCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida, não há necessidade de providências prévias adicionais no âmbito da Administração Pública.

O Serviço Municipal de Agricultura e Infraestrutura indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, ficando designado como Gestor/Fiscal o servidor Pedrinho Casarin, servidor público municipal, ocupante de cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Infraestrutura

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O presente estudo não identificou a necessidade de contratações acessórias para a adequada e plena execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários à aquisição e à operacionalização dos serviços serão atendidos exclusivamente por meio da contratação ora proposta.

Dessa forma, os bens e/ou serviços pretendidos possuem natureza autônoma, não demandando contratações correlatas, complementares ou interdependentes para sua execução.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Vislumbra-se impactos ambientais provenientes desta contratação, mencionados na tabela abaixo, juntamente com as medidas de tratamento a serem adotadas pela contratada:

IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDA DE TRATAMENTO
NÃO HÁ IMPACTO AMBIENTAL	NÃO HÁ IMPACTO AMBIENTAL
NÃO HÁ IMPACTO AMBIENTAL	NÃO HÁ IMPACTO AMBIENTAL

Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente.



12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Município de São José do Cedro/SC

Secretaria Requisitante: Agricultura e Infraestrutura

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA, COM UTILIZAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AGRICULTORES DA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER A LEI MUNICIPAL 5022/2021.

2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O Município de São José do Cedro não dispõe de frota própria suficiente de máquinas e equipamentos pesado, tampouco de recursos humanos em número adequado, para atender de forma contínua às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura. Diante disso, faz-se necessária a contratação complementar de serviços por meio de credenciamento de empresas especializadas.

O credenciamento de prestação de serviços de hora-máquina permite ao Município atender demandas variáveis e imprevisíveis sem a necessidade de ampliação permanente da frota ou do quadro de servidores. Além disso, a responsabilidade pela operação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como pelo fornecimento de combustível, permanece sob encargo dos credenciados, o que resulta em redução de custos administrativos, operacionais e de manutenção para a Administração Pública.

Essa forma de contratação assegura maior disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos, reduzindo o tempo de inatividade e garantindo a execução contínua dos serviços. A utilização de empresas especializadas também contribui para maior eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços.

Os serviços de hora-máquina são essenciais para a manutenção e recuperação da infraestrutura urbana e rural, incluindo estradas, acessos, drenagens, obras de interesse coletivo e atendimento a situações emergenciais decorrentes de eventos climáticos adversos ou danos imprevistos à malha viária e demais estruturas públicas.

Considerando a impossibilidade de prever com exatidão a demanda por esses serviços e os riscos operacionais e financeiros decorrentes da indisponibilidade de equipamentos, o credenciamento mostra-se a alternativa mais eficiente e vantajosa para garantir a continuidade dos serviços públicos e o adequado atendimento à população do Município de São José do Cedro.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, estando alinhada às necessidades administrativas e aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia e interesse público.

3.1. Previsão no Plano de Contratações Anual – PCA

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA nº 37/2026 do Município, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O credenciamento constitui um instrumento eficiente para organizar e racionalizar a contratação de fornecedores pela Administração Pública, permitindo maior agilidade, transparência e padronização dos procedimentos. Esse modelo inicia-se com a identificação das necessidades do Município quanto aos serviços a serem contratados, a

partir das quais são definidos critérios objetivos e previamente estabelecidos para habilitação dos interessados, tais como capacidade técnica, regularidade fiscal, qualificação econômica e demais requisitos pertinentes.

As informações relativas ao credenciamento são amplamente divulgadas, possibilitando a inscrição de todos os fornecedores que atendam às condições estabelecidas. As inscrições são analisadas conforme os critérios definidos, sendo credenciados aqueles que comprovarem o atendimento integral às exigências, passando a integrar o cadastro oficial de fornecedores habilitados, o qual é mantido atualizado pela Administração.

Sempre que houver demanda, a contratação dos serviços será realizada com base nos parâmetros fixados no Termo de Referência, mediante a convocação de um ou mais fornecedores credenciados, conforme a necessidade do Município. Após a contratação, o desempenho dos prestadores será acompanhado por fiscais de contrato, a fim de assegurar o cumprimento das condições pactuadas e dos padrões de qualidade exigidos.

A Administração Pública poderá promover o descredenciamento dos fornecedores que deixarem de atender às exigências estabelecidas ou que descumprirem as obrigações contratuais. Dessa forma, o credenciamento apresenta-se como um procedimento completo e contínuo, que assegura eficiência administrativa, ampla competitividade e resultados alinhados ao interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação do objeto, as empresas interessadas no credenciamento deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) estar regularmente constituídas e em situação regular quanto às exigências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, nos termos da legislação vigente;
- c) possuir maquinário próprio ou devidamente disponibilizado, em perfeitas condições de funcionamento, compatível com as especificações técnicas exigidas, incluindo escavadeira hidráulica, retroescavadeira e trator de esteira;
- d) garantir a disponibilidade dos equipamentos e operadores habilitados, observando as normas de segurança do trabalho e a legislação aplicável;
- e) comprometer-se a executar os serviços conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração, respeitando prazos, locais e condições estabelecidas;
- f) aceitar as condições previstas no edital de credenciamento, no contrato e na legislação pertinente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Municipal nº 5.022/2021; e
- g) atender às demais exigências administrativas, técnicas e legais previstas no edital e em seus anexos.

5.1. Qualificação Técnica

Não será exigido qualificação técnica para os itens contratados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir integralmente o objeto contratado, observando as especificações técnicas, prazos, condições e demais obrigações previstas no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Contratante acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do contrato, bem como efetuar os pagamentos devidos conforme as condições estabelecidas.

7.1. Penalidades

As penalidades aplicáveis observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Definição das condições de execução, prazos, procedimentos operacionais e responsabilidades.

8.1. Cronograma de Entrega

A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Secretaria de Agricultura e Infraestrutura, mediante ordem de serviço ou autorização formal expedida pela Secretaria competente.

Os serviços poderão ser executados **durante toda a vigência do credenciamento**, não havendo garantia de quantidade mínima de horas a serem contratadas.

8.2. Local de Entrega ou Execução

Os serviços objeto do presente credenciamento serão executados in loco, em locais indicados pela Secretaria de Agricultura e Infraestrutura, mediante ordem de serviço ou autorização formal, abrangendo todo o território do Município de São José do Cedro, especialmente em áreas da zona rural, incluindo propriedades rurais, estradas vicinais, áreas públicas ou comunitárias, dentre outros.

O deslocamento dos equipamentos até o local de execução será de responsabilidade do credenciado, estando incluso no valor da hora-máquina.

8.3. Fiscalização e Recebimento

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria competente, com controle por hora efetivamente trabalhada, mediante registro em ordem de serviço, ficha de controle ou relatório próprio. Estes registros deverão conter, no mínimo, a identificação do equipamento, do operador, a data, o local da execução, o quantitativo de horas executadas, a descrição do serviço realizado e a assinatura do agricultor ou responsável pela área atendida.

8.4. Aspectos Ambientais e de Sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que aplicáveis, em consonância com a legislação vigente e as boas práticas de gestão pública.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Identificação dos responsáveis pela gestão e fiscalização:

Gestor: PEDRINHO CASARIN

Cargo/Função: SECRETARIO DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA

Fiscal: ALESSANDRA CRISTINA DOS SANTOS

Cargo/Função: AGENTE ADMINISTRATIVO

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados conforme a efetiva execução do objeto, mediante atesto do fiscal do contrato, observadas as condições previstas no edital e no contrato.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Modalidade da Licitação

Credenciamento

11.2. Forma de Realização

Eletrônica (regra geral – art. 17 da Lei nº 14.133/2021))

11.3. Tratamento Diferenciado para MEI / ME / EPP

Não exclusiva

A contratação não será exclusiva para MEI em razão da natureza dos serviços, que envolvem a operação de máquinas pesadas, riscos operacionais e valores que podem ultrapassar o limite de faturamento anual permitido a essa modalidade, podendo comprometer a continuidade e a segurança da execução contratual.

Ademais, o valor global estimado da contratação, considerado o somatório das horas a serem eventualmente demandadas durante a vigência do credenciamento, pode ultrapassar o limite de faturamento anual permitido ao MEI, o que poderia ocasionar desenquadramento automático, insegurança jurídica e risco de interrupção da execução contratual.

11.4. Benefício ao Comércio Local

Não aplicável

O objeto deste Termo de Referência refere-se a serviços de hora-máquina, executados in loco e por demanda, em diferentes locais do Município, não havendo vinculação com estabelecimento comercial fixo.

Além disso, o procedimento adotado é o credenciamento, que pressupõe igualdade de condições entre os interessados, sendo incompatível com a aplicação de benefício ao comércio local, sob pena de restrição à competitividade.

Dessa forma, conclui-se pela não aplicabilidade do benefício ao comércio local ao presente objeto.

11.5. Subcontratação

Será admitida a subcontratação dos serviços objeto deste credenciamento, desde que previamente comunicada e autorizada pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste instrumento e na legislação vigente.

A subcontratação não poderá implicar a transferência das responsabilidades contratuais à subcontratada, permanecendo o credenciado integralmente responsável pela execução dos serviços, pela qualidade, pela observância das ordens de serviço e pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e securitárias, bem como por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público.

A subcontratada deverá atender às mesmas condições técnicas mínimas exigidas no credenciamento, cabendo ao credenciado assegurar que os equipamentos e operadores utilizados estejam em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

A Administração poderá, a qualquer tempo, vetar a subcontratação que não atenda ao interesse público ou às condições estabelecidas, sem que disso decorra direito a indenização.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que a divisão do objeto garante a ampla competição de mercado assim alcançando a proposta mais vantajosa.

13. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

O município de São José do Cedro/SC, não possui um catálogo eletrônico de padronização próprio, desta forma foi realizada uma pesquisa no catálogo eletrônico de padronização do governo federal, onde foi constatado que não existe um descritivo compatível com o objeto que se pretende licitar. Portanto para esta contratação, será utilizado um descritivo próprio, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 851.000,00 (oitocentos e cinquenta e um mil reais).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 7.497 / 2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São José do Cedro – SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133 / 2021”, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021”.

A pesquisa de preço será realizada por meio de fornecedores especializados no ramo pertinente, com o objetivo de garantir que os valores orçados estejam em conformidade com as especificações e necessidades das entidades interessadas.

Optou-se então, por buscar os orçamentos diretamente com os fornecedores, pois os itens em questão possuem características singulares e medidas exclusivas que exigem a habilidade de empresas com conhecimento técnico no objeto da presente aquisição/contratação.

Portanto, buscou-se três orçamentos para cada item.

São José do Cedro/SC, 29 de janeiro de 2026.

Responsável pela elaboração
Alessandra Cristina dos Santos

Secretário Responsável
Pedrinho Casarin



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME), (CNPJ/CPF), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

- I - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais deste edital, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições exigidas neste edital durante toda a contratação até seu pagamento;
- III - Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Declaro que o referido é verdade sob as penas do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO INTERESSADO – CNPJ/CPF)





ANEXO V – PROPOSTA

PROPOSTA

OBJETO: CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO, A FIM DE CONTRATAÇÃO DE OBJETO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA, COM UTILIZAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AGRICULTORES DA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER A LEI MUNICIPAL 5022/2021.

1.1 O Credenciado que aderir ao presente edital para execução dos serviços descritos abaixo, deverá dispor do equipamento e operador capacitado para realização dos serviços.

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS. HORA MAQUINAS ESCAVEIRA HIDRAULICA MININO DE 16.000KG, POTENCIA MINIMA DE 100CV, USO MAXIMO DE 10 ANOS.	HR.	400,00	450,00	180.000,00
2	ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO. ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINIMO DE 20.000KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MINIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	600,00	490,00	294.000,00
3	TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE 140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO. TRATOR DE ESTEIRA MINIMO DE 16.000 KG, POTENCIA MINIMA DE &NBSP;140CV, DE NO MAXIMO DE 10 ANOS DE USO.	HR.	500,00	490,00	245.000,00
4	RETROESCAVADEIRA, COM PESO MÍNIMO NE 8.000 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 90 CV	HORAS	400,00	330,00	132.000,00
					Soma:
					851.000,00

Obs: retirar o item que não deseja ser credenciado,

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(INTERESSADO – CNPJ/CPF)